

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2021/47715

REQUERENTE: PABLO ATILA MARTINS CASTRO

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

ASSUNTO: Compra (material permanente e de consumo)

à DSP

Senhor Diretor,

Trata-se de processo que visa à aquisição de AUTO TRANSFORMADOR, requerida pela Coordenação de Distribuição - CODIS por meio da TJ-COI nº 2021/13343 datado de 22/10/2021 (fls. 02/03). No mesmo documento, a área demandante justifica o pedido e informa que o pleito atende às diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis, consoante Decreto Judiciários nº 813/19.

Assim, para adequada instrução processual, em obediência ao Decreto Judiciário nº 784/2014, verificamos que o material solicitado não se encontra elencado na Tabela de Preços Referenciais do Poder Executivo do Estado da Bahia (fls. 11/16).

Em pesquisa de mercado, dentre as 12 (doze) empresas consultadas (fls. 21/32), 09 (nove) não responderam e 03 (três) apresentaram proposta válida (fls. 37/42).

Conforme previsto na Instrução Normativa nº 065/2021 do Ministério da Economia (fls. 65/68), na Norma de Contratações deste PJBA (fls. 69/71), além da pesquisa acima descrita, buscamos preços públicos e em sítios eletrônicos especializados (fls. 35/36). Nesta pesquisa, verificamos que os preços apresentados pelos fornecedores "físicos" estão condizentes com a realidade do mercado.

É importante esclarecer que os preços de lojas virtuais servem apenas como parâmetro de comparação, pois não podem compor a concorrência em compras diretas já que, como informado nos próprios sítios, as lojas virtuais aceitam pagamento apenas por crédito, débito ou boleto bancário, não por empenho.

O Mapa de Preços com os valores apresentados segue anexado à folha 43 e os Relatórios de Pesquisa, às folhas 18/20.

Destacamos que, na pesquisa realizada, a melhor proposta foi apresentada pela empresa **TCHE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, no valor total de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**, conforme documento anexado à folha 41.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Cumpra informar que o prazo de entrega estimado pela empresa supracitada é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de publicação da Autorização de Fornecimento de Material, no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Com base em posicionamento da CTJUD sobre formalização das contratações (fls. 77/78), tendo em vista que o objeto deste processo não gera obrigação futura, ou seja, considerando que as obrigações da contratada cessam com a entrega dos materiais, informamos que as aquisições serão formalizadas por meio da Autorização de Fornecimento de Material - AFM.

Ressaltamos que a empresa que apresentou a melhor proposta encontra-se em situação fiscal regular (fls. 44/53) e sem impedimentos para licitar ou contratar com a SAEB e TJBA (fls. 55/56). Foi também anexada aos autos a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo TCU (fl. 54).

A empresa citada apresentou declaração (fl. 57) na qual afirma estar ciente das obrigações, caso seja declarada vencedora do presente processo de aquisição, e nega ocorrência de nepotismo, conforme Resolução do CNJ nº 07/2005.

O documento de oficialização da demanda encontra-se anexado aos autos à folha 64 e a tabela com o resumo da solicitação, à folha 63.

Após a instrução processual, atestamos que a documentação foi devidamente conferida e que constam nos autos as informações suficientes para análise da autoridade competente.

Diante do exposto, enquadrando-se a aquisição objeto deste Processo no limite previsto para dispensa de licitação, de acordo com os valores atualizados por meio do Decreto do Estado da Bahia nº 18.489 de 12 de Julho de 2018 (fls. 74/75) e do Decreto do TJBA nº 558 de 06 de agosto de 2018 (fl. 76); tendo em vista que a aquisição em tela não incorre nas vedações postas no Artigo 66 da Lei 9.433/2005, dado o seu caráter eventual e a necessidade iminente de uso, solicitamos a V.Sa. que, após análise, em caso de conformidade, proceda à classificação da despesa e à dotação orçamentária do valor supracitado, em favor da empresa acima referida.

Após, caso não haja ressalvas, sugerimos que os autos sejam encaminhados à Autoridade competente para que, fundamentada na legislação pertinente, seja autorizada a aquisição mediante Dispensa de Licitação.

Em 27/10/2021

GUSTAVO QUEIROZ MORAES
COORDENADOR DE COMPRAS EM EXERCÍCIO

